

# CONCURSOS DE **prefeituras**

SÉRIE  
O Básico para  
concursos

Domine os principais tópicos de Língua Portuguesa, Matemática, Informática, Direito Administrativo, Direito Constitucional e Administração Geral cobrados em Concursos de Prefeituras.

**Este é o guia completo para quem quer passar!**

**Solução** Editora  
a solução para o seu concurso!





# AVISO IMPORTANTE:

**Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

## POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- × Questões gabaritadas
- × Diferentes práticas que otimizam seus estudos

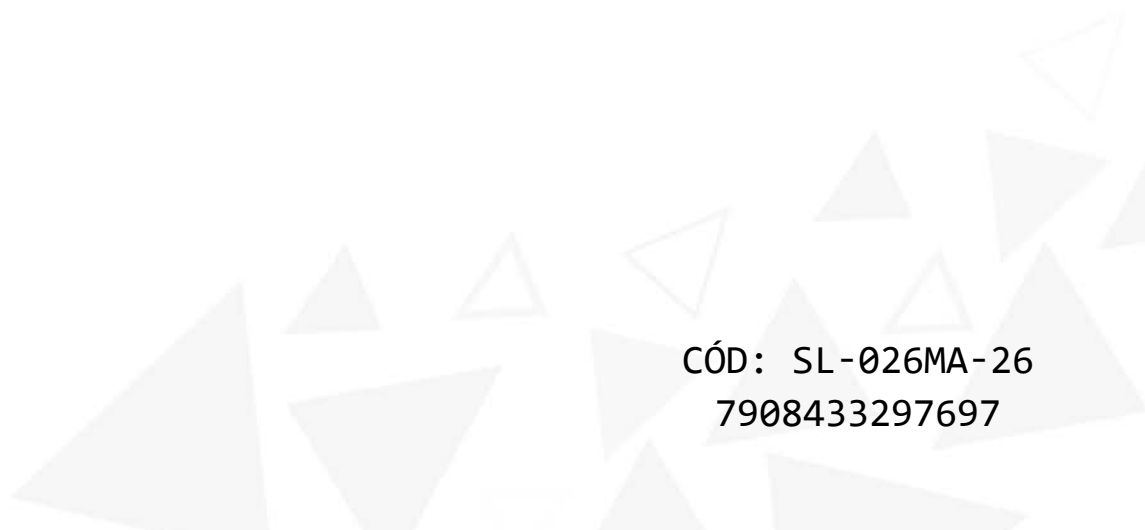
Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:  
<https://www.editorasolucao.com.br/>





# CONCURSOS DE PREFEITURAS



CÓD: SL-026MA-26  
7908433297697

# Língua Portuguesa

1. Interpretação de textos.....	7
2. Ortografia oficial .....	8
3. Acentuação gráfica.....	10
4. Pontuação .....	15
5. Classes de palavras (todas) .....	17
6. Colocação pronominal .....	24
7. Concordância verbal e nominal .....	25
8. Regência verbal e nominal.....	29
9. Crase .....	33
10. Sinônimos, antônimos e parônimos .....	36
11. Coesão e coerência .....	37
12. Sintaxe Estilística (figuras, vícios, funções da linguagem) .....	37
13. Variação linguística .....	40
14. Estruturação de parágrafos.....	45
15. Tipos e gêneros textuais .....	45
16. Redação Redação oficial .....	53
17. Flexão nominal e verbal; Vozes verbais .....	60

# Matemática

1. Equações de 1º e 2º graus .....	73
2. Funções (1º e 2º grau, gráficos, domínio e imagem) .....	76
3. Sistemas de equações.....	82
4. Trigonometria .....	84
5. Geometria plana (Tales, Pitágoras, relações métricas) .....	86
6. Geometria espacial .....	96

# Informática

1. Conceitos básicos de informática Pacote Office (Word, Excel, etc.) .....	109
2. Sistemas operacionais (Windows e Linux) Arquivos e multimídia .....	134
3. Organização de arquivos e pastas .....	151
4. E-mail .....	155
5. Internet e navegadores.....	157
6. Armazenamento em nuvem .....	161
7. Segurança da informação e vírus.....	162

## Direito Administrativo

1. Estado, governo e administração pública Conceito e princípios do direito administrativo .....	169
2. Organização administrativa.....	173
3. Controle da administração.....	178
4. Atos administrativos .....	184
5. Poderes da administração.....	197
6. Serviços públicos.....	205
7. Responsabilidade civil do Estado .....	217

## Direito Constitucional

1. Princípios fundamentais (art. 1º ao 4º) .....	227
2. Direitos e garantias fundamentais (art. 5º ao 11).....	228
3. Organização do Estado.....	234
4. Organização dos Poderes.....	249

## Administração Geral

1. Planejamento estratégico Planejamento por cenários .....	287
2. Processo decisório: Tipos de decisões .....	288
3. Gestão de pessoas (liderança, motivação).....	289
4. Gestão por competências .....	292
5. Trabalho em equipe .....	294
6. Gerenciamento de projetos .....	298
7. Gerenciamento de processos .....	301
8. Gestão da mudança .....	303
9. Gestão da informação e do conhecimento Indicadores de desempenho.....	305
10. Eficiência, eficácia e efetividade .....	306
11. Comunicação organizacional .....	308
12. Gestão de documentos / arquivologia.....	309

# LÍNGUA PORTUGUESA



## INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

### ► Definição Geral

Embora correlacionados, compreensão e interpretação são processos distintos. A compreensão refere-se ao entendimento das informações explícitas do texto, enquanto a interpretação envolve a elaboração de conclusões fundamentadas a partir dessas informações.

Exemplificando, quando uma avaliação exige a compreensão de uma questão, a resposta encontra-se explicitamente no texto. Já a interpretação ocorre quando o leitor, a partir das informações textuais, elabora conclusões logicamente fundamentadas.

### ► Compreensão de Textos

A compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. Compreender um texto é assimilar intelectualmente sua mensagem, identificando com precisão as informações explícitas nele contidas.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

### ► Interpretação de Textos

É o entendimento que resulta da associação entre as ideias do texto, permitindo ao leitor inferir sentidos implícitos, sem ultrapassar os limites estabelecidos pelo próprio texto. Resumidamente, interpretar é atribuir sentido ao texto por meio de inferências e da relação entre suas ideias, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos apresentados.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Interpretação de texto é a habilidade de inferir informações implícitas, estabelecer relações entre ideias e compreender sentidos não expressos literalmente, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos do texto.

### Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



*“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”*

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa incorreta.  
(A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.

(B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.

(C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.

(D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.

(E) “Educação para todos” inclui também os deficientes.

**Resolução:**

Em “A” – Errado: o texto é sobre direito à educação, incluindo as pessoas com deficiência, ou seja, inclusão de pessoas na sociedade.

Em “B” – Certo: o complemento “mais ou menos severas” se refere à “deficiências de toda ordem”, não às leis.

Em “C” – Errado: o advérbio “também”, nesse caso, indica a inclusão/adição das pessoas portadoras de deficiência ao direito à educação, além das que não apresentam essas condições.

Em “D” – Errado: além de mencionar “deficiências de toda ordem”, o texto destaca que podem ser “permanentes ou temporárias”.

Em “E” – Errado: a alternativa apenas retoma a ideia central do texto, sem apresentar qualquer informação incorreta, motivo pelo qual não atende ao comando da questão

Resposta: Letra B.

 **ORTOGRAFIA OFICIAL**

O Acordo Ortográfico de 1990 passou a ser prescrito por lei em 2016, quando então, ficou conhecido como Novo Acordo Ortográfico. Basicamente, consiste em um sistema de normas para a escrita, firmado entre as nações cujo idioma oficial é a língua portuguesa.

Assim, faz parte do acordo com a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), que inclui, além de Brasil e Portugal, as nações africanas Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

As principais mudanças dizem respeito à acentuação gráfica, ao emprego do hífen, à regulamentação maiúsculas e minúsculas na primeira letra de uma palavra, à extinção do trema, à adição de letras ao alfabeto oficial da língua e à padronização da escrita de palavras com dupla grafia.

**REGRAS DE ACENTUAÇÃO**

► **Queda do acento**

Em palavras paroxítonas (quando a tônica recai sobre a penúltima sílaba) que formadas pelos ditongos abertos “ei” e “oi”.

Exemplos:

jóia → joia
protéico → proteico
assembléia → assembleia

Em palavras paroxítonas com vogais “i” e “u” depois do ditongo.

Exemplos:

feiúra → feiura
bocaiúva → bocaiuva
cauíla → cauilã

Em palavras paroxítonas com ditongo e repetição de vogais na sílaba tônica.

Exemplos:

lêem → leem
enjôo → enjoo
vôo → voo

**Queda do acento diferencial:** nos casos em que a distinção do sentido da palavra for dada pelo contexto.

Exemplos:

pêlo (substantivo) → pelo
pára (verbo) → para
apóio (verbo) → apoio

O acento diferencial deve ser mantido em alguns casos:

- forma (verbo) / fôrma (substantivo)
- por (preposição) / pôr (verbo)
- pode (a vogal “o” aberta, para conjugação no tempo presente) / pôde (vogal “o” fechada, para conjugação no tempo presente)

**HÍFEN**

- **Separando prefixo:** o hífen passou ocorrer somente nos casos em que a primeira letra do segundo elemento for igual à última letra do prefixo ou quando essa letra for “H”.

Exemplos:

micro-ondas
anti-inflamatório
auto-observação
co-herdeiro
super-homem
anti-herói

- **Prefixos específicos:** se o elemento da palavra for um dos prefixos “auto”, “contra”, “extra”, “infra”, “intra”, “neo”, “pro-”, “semi”, “supra”, “ante”, “anti”, “arqui” e “sobre”, o hífen não se aplica, devendo os dois elementos serem unidos sem necessidade do sinal gráfico.

- **Observação:** muitas vezes, por conta do prefixo “arqui-”, surge a dúvida sobre o uso do hífen. No entanto, de acordo com o Novo Acordo Ortográfico, o hífen não é utilizado nesse caso. O prefixo “arqui-” se junta diretamente à palavra base, entretanto se a palavra inicia com “i” ou “h” há hífen.

# MATEMÁTICA



## EQUAÇÕES DE 1º E 2º GRAUS

### EQUAÇÃO DO 1º GRAU

Na Matemática, uma equação é uma igualdade que envolve uma ou mais incógnitas. O grau de uma equação é determinado pelo maior expoente da incógnita. Assim, se o maior expoente for 1, a equação será de 1º grau; se o maior expoente for 2, será de 2º grau; se o maior expoente for 3, será de 3º grau, e assim sucessivamente. □

Exemplos:

- $4x + 2 = 16$  (equação do 1º grau)
- $x^2 + 2x + 4 = 0$  (equação do 2º grau)
- $x^3 + 2x^2 + 5x - 2 = 0$  (equação do 3º grau)

#### ► Forma geral da equação do 1º grau

No caso da equação do 1º grau, a forma geral é:

$$ax + b = 0$$

Onde:

- a e b são números reais, com  $a \neq 0$  (ou seja, a não pode ser zero);
- x é a incógnita, o valor que queremos encontrar.

#### Identificando os termos da equação

É importante ressaltar que uma equação é composta por dois membros:

- O primeiro membro é o lado esquerdo da igualdade
- O segundo membro é o lado direito da igualdade.

#### ► Como resolver equações do 1º grau

Para resolver uma equação do 1º grau, nosso objetivo é isolar a incógnita (x) em um dos lados da equação. Para isso, devemos realizar operações inversas nos dois lados da equação, garantindo que x fique sozinho em um dos membros.

**Passo a passo:**

- Identifique o número que está no mesmo lado que a incógnita e veja qual operação está sendo realizada

- Realize a operação inversa no outro lado da igualdade para isolar a incógnita.

Exemplo 1:  $x + 4 = 12$

Começamos eliminando o número 4, que está somando no mesmo lado da incógnita x. A operação inversa será subtrair 4 de ambos os lados da equação.

$$x + 4 - 4 = 12 - 4$$

$$x = 8$$

Portanto, o valor de x é 8.

Exemplo 2:  $x - 12 = 20$

Aqui, temos x menos 12. Para isolar a incógnita, somamos 12 aos dois lados.

$$x - 12 + 12 = 20 + 12$$

$$x = 32$$

Portanto, o valor de x é 32.

Exemplo 3:  $4x + 2 = 10$

Vamos eliminar o número 2, que está somando no mesmo lado da incógnita x, subtraindo 2 de ambos os lados da equação:

$$4x + 2 - 2 = 10 - 2$$

$$4x = 8$$

Agora, x está sendo multiplicado por 4. A operação inversa será dividir ambos os lados da equação por 4:

$$\frac{4x}{4} = \frac{8}{4}$$

$$x = 2$$

Portanto, o valor de x é 2.

Exemplo 4:  $-3x = 9$

Aqui, temos -3x, onde o coeficiente de x é negativo. Será necessário tornar o coeficiente positivo, multiplicando ambos os lados por -1:

$$3x \cdot (-1) = 9 \cdot (-1)$$

$$3x = -9$$

Agora, x está sendo multiplicado por 3. Para isolar a incógnita, dividimos ambos os lados por 3:

$$\frac{3x}{3} = \frac{-9}{3}$$

$$x = -3$$

Portanto, o valor de  $x$  é  $-3$ .

Exemplo 5: (NC-UFPR)

Um buquê contendo 20 rosas é formado por rosas brancas e rosas vermelhas. Se o número de rosas brancas é quatro vezes o número de rosas vermelhas, quantas rosas brancas o buquê possui?

- (A) 4.
- (B) 5.
- (C) 15.
- (D) 16.
- (E) 20.

Resolução:

Vamos considerar  $x$  o número de rosas vermelhas. Se o número de rosas brancas é quatro vezes o de vermelhas, temos  $4x$  rosas brancas. Como o total é 20, montamos a equação:

$$x + 4x = 20$$

$$5x = 20$$

Agora,  $x$  está sendo multiplicado por 5. A operação inversa será dividir ambos os lados da equação por 5:

$$(5x)/5 = 20/5$$

$$x = 4$$

Como o número de rosas brancas é  $4x$ , calculamos:

$$4x = 4 \cdot 4 = 16$$

Portanto, o buquê possui 16 rosas brancas.

Resposta: D

► **Propriedade Fundamental das Equações**

A propriedade fundamental das equações, também chamada de regra da balança, diz que podemos realizar qualquer operação em um lado da equação desde que façamos a mesma operação no outro lado. Isso mantém a equação “equilibrada” e preserva a igualdade. Essa técnica é especialmente útil, pois resume todas as operações possíveis em uma única regra simples: o que você faz em um lado da equação, deve ser feito no outro. Essa regra foi aplicada em todos os exemplos anteriores, onde somamos, subtraímos, multiplicamos ou dividimos ambos os lados da equação para isolar a incógnita.

**EQUAÇÃO DO 2º GRAU**

As equações do 2º grau aparecem com frequência em problemas matemáticos e situações do dia a dia, como no cálculo de áreas, em questões de movimento, lançamentos e em muitas aplicações da Física e da Economia.

Chamamos de equação do 2º grau toda equação em que a incógnita aparece elevada ao quadrado, ou seja, o maior expoente da incógnita é 2.

► **Forma geral da equação do 2º grau**

Uma equação do segundo grau é qualquer equação que pode ser escrita na forma:

$$ax^2 + bx + c = 0$$

Onde:

- $a$ ,  $b$  e  $c$  são números reais, com  $a \neq 0$  (a equação deixaria de ser de 2º grau se  $a = 0$ ).
- $x$  é a incógnita, cujo valor ou valores devem ser encontrados.

► **Como resolver equações do 2º grau**

As soluções ou raízes da equação  $ax^2 + bx + c = 0$  são os valores de  $x$  que tornam a equação verdadeira. Uma equação do 2º grau pode ter até duas soluções reais. Para resolver essas equações, utilizamos principalmente dois métodos:

- **Fórmula de Bhaskara:** Método universal, aplicável a qualquer equação do 2º grau.
- **Soma e Produto:** Método rápido quando as raízes são números inteiros.

**Fórmula de Bhaskara**

A Fórmula de Bhaskara se baseia no discriminante, representado pela letra grega  $\Delta$ , e é dada pela fórmula:

$$\Delta = b^2 - 4ac$$

Uma vez calculado o valor de  $\Delta$ , as raízes da equação podem ser encontradas pela fórmula:

$$x = \frac{-b \pm \sqrt{\Delta}}{2a}$$

Onde o símbolo  $\pm$  indica que será necessário calcular duas soluções, uma com o sinal positivo e outra com o sinal negativo.

Exemplo: Encontre as raízes da equação  $4x^2 - 4x - 24 = 0$

Primeiro identificamos os coeficientes:

- $a = 4$
- $b = -4$
- $c = -24$

Calculamos o discriminante:

$$\Delta = (-4)^2 - 4 \cdot 4 \cdot (-24)$$

$$\Delta = 16 + 384 = 400$$

Aplicamos a Fórmula de Bhaskara:

$$x = \frac{-(-4) \pm \sqrt{400}}{2 \cdot 4}$$

$$x = \frac{4 \pm 20}{8}$$

As duas soluções serão:

$$x_1 = \frac{4+20}{8} = 3$$

$$x_2 = \frac{4-20}{8} = -2$$

Portanto, as raízes são  $x_1 = 3$  e  $x_2 = -2$

# INFORMÁTICA



## CONCEITOS BÁSICOS DE INFORMÁTICA PACOTE OFFICE (WORD, EXCEL, ETC.)

### WORD 2016

O Word 2016 é uma versão de edição de textos que apresenta novas ferramentas e recursos para que o usuário crie, edite e compartilhe documentos de maneira fácil e prática.

Possui interface gráfica baseada na Faixa de Opções (Ribbon), modelos de documentos e estilos de formatação predefinidos, permitindo aplicar padronização e recursos visuais ao documento.

Integra-se a serviços da web, como Facebook, Flickr, YouTube, OneDrive e Twitter, possibilitando compartilhamento e trabalho colaborativo.

#### ► Novidades no Word 2016

##### **Diga-me o que você deseja fazer**

###### Localização de comandos

Facilita a localização e a realização das tarefas de forma intuitiva, essa nova versão possui a caixa Diga-me o que deseja fazer, onde é possível digitar um termo ou palavra correspondente a ferramenta ou configurações que procurar.

A caixa “Diga-me o que você deseja fazer” funciona como um campo de busca inteligente que permite localizar comandos e configurações por meio da digitação de palavras-chave.

##### **Trabalhando em grupo, em tempo real**

###### Compartilhamento simultâneo

Permite que vários usuários trabalhem no mesmo documento de forma simultânea.

O compartilhamento é realizado pelo botão Compartilhar, permitindo definir permissões (como Pode editar”) e enviar convite por e-mail.

Ao armazenar um documento on-line no OneDrive ou no SharePoint e compartilhá-lo com colegas que usam o Word 2016 ou Word On-line, vocês podem ver as alterações uns dos outros no documento durante a edição. Após salvar o documento on-line, clique em Compartilhar para gerar um link ou enviar um convite por e-mail. Quando seus colegas abrem o documento e concordam em compartilhar automaticamente as alterações, você vê o trabalho em tempo real.

##### **Pesquisa inteligente**

###### Integração com o Bing

Integra o Bing, serviço de buscas da Microsoft, ao Word 2016. Ao clicar com o botão do mouse sobre qualquer palavra do texto e no menu exibido, clique sobre a função Pesquisa Inteligente, um painel é exibido ao lado esquerdo da tela do programa e lista todas as entradas na internet relacionadas com a palavra digitada.

##### **Equações à tinta**

###### Reconhecimento de escrita manual

Se utilizar um dispositivo com tela sensível ao toque é possível desenhar equações matemáticas, utilizando o dedo ou uma caneta de toque, e o programa será capaz de reconhecer e incluir a fórmula ou equação ao documento.

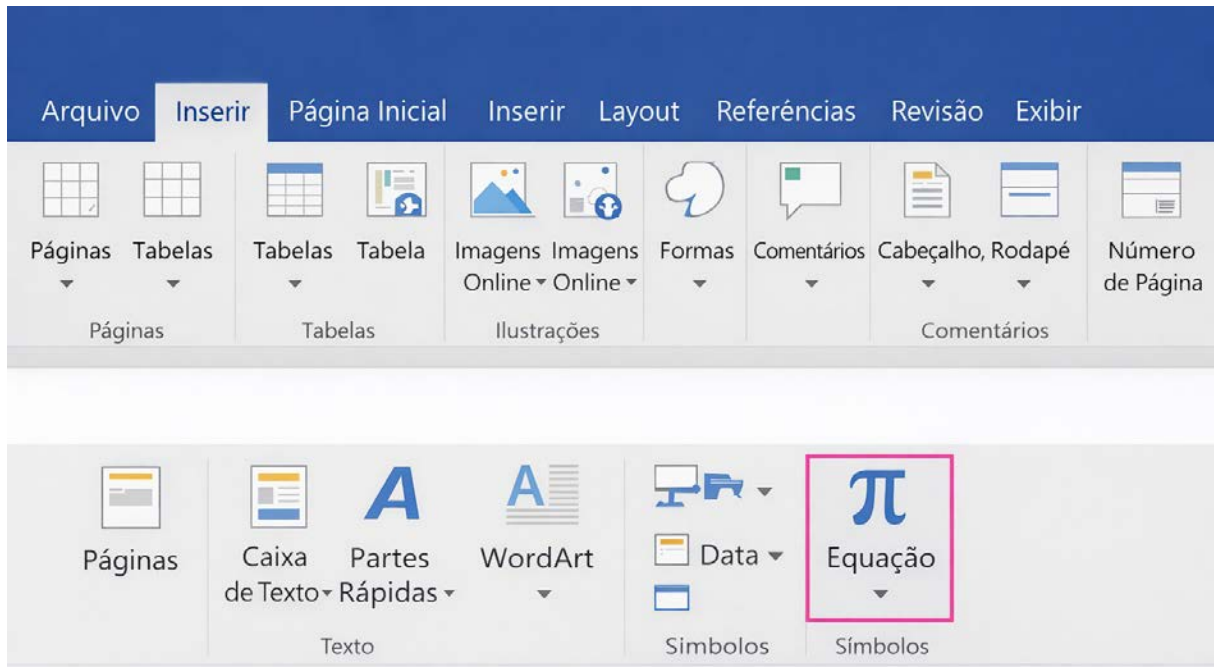


Figura 1 Equações à tinta

### Histórico de versões melhorado

Acesso a versões anteriores

Vá até Arquivo > Histórico para conferir uma lista completa de alterações feitas a um documento e para acessar versões anteriores.

### Compartilhamento mais simples

Envio direto pelo Word

Clique em Compartilhar para compartilhar seu documento com outras pessoas no SharePoint, no OneDrive ou no OneDrive for Business ou para enviar um PDF ou uma cópia como um anexo de e-mail diretamente do Word.

### Formatação de formas mais rápida

Aplicação de estilos predefinidos

Quando você insere formas da Galeria de Formas, é possível escolher entre uma coleção de preenchimentos predefinidos e cores de tema para aplicar rapidamente o visual desejado.

### Guia Layout

Alteração de nomenclatura

O nome da Guia Layout da Página na versão 2010/2013 do Microsoft Word mudou para apenas Layout<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> CARVALHO, D. e COSTA, Renato. Livro Eletrônico

# DIREITO ADMINISTRATIVO



## ESTADO, GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CONCEITO E PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO

### ESTADO

#### ► Conceito, Elementos e Princípios

Adentrando ao contexto histórico, o conceito de Estado veio a surgir por intermédio do antigo conceito de cidade, da *polis grega* e da *civitas* romana. Em meados do século XVI o vocábulo Estado passou a ser utilizado com o significado moderno de força, poder e direito.

O Estado pode ser conceituado como um ente, sujeito de direitos, que possui como elementos: o povo, o território e a soberania. Nos dizeres de Vicente Paulo e Marcelo Alexandrino (2010, p. 13), “Estado é pessoa jurídica territorial soberana, formada pelos elementos povo, território e governo soberano”.

O Estado como ente, é plenamente capacitado para adquirir direitos e obrigações. Ademais, possui personalidade jurídica própria, tanto no âmbito interno, perante os agentes públicos e os cidadãos, quanto no âmbito internacional, perante outros Estados.

Vejam alguns conceitos acerca dos três elementos que compõem o Estado:

▪ **Povo:** Elemento legitima a existência do Estado. Isso ocorre por que é do povo que origina todo o poder representado pelo Estado, conforme dispõe expressamente art. 1º, parágrafo único, da Constituição Federal:

*Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.*

O povo se refere ao conjunto de indivíduos que se vincula juridicamente ao Estado, de forma estabilizada.

Entretanto, isso não ocorre com estrangeiros e apátridas, diferentemente da população, que tem sentido demográfico e quantitativo, agregando, por sua vez, todos os que se encontram sob sua jurisdição territorial, sendo desnecessário haver quaisquer tipos de vínculo jurídico do indivíduo com o poder do Estado.

Com vários sentidos, o termo pode ser usado pela doutrina como sinônimo de nação e, ainda, no sentido de subordinação a uma mesma autoridade política.

No entanto, a titularidade dos direitos políticos é determinada pela nacionalidade, que nada mais é que o vínculo jurídico estabelecido pela Constituição entre os cidadãos e o Estado.

O Direito nos concede o conceito de povo como sendo o conjunto de pessoas que detém o poder, a soberania, conforme já foi explicitado por meio do art. 1º. Parágrafo único da CFB/88 dispondo que “Todo poder emana do povo, que exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

▪ **Território:** pode ser conceituado como a área na qual o Estado exerce sua soberania. Trata-se da base física ou geográfica de um determinado Estado, seu elemento constitutivo, base delimitada de autoridade, instrumento de poder com vistas a dirigir o grupo social, com tal delimitação que se pode assegurar à eficácia do poder e a estabilidade da ordem.

O território é delimitado pelas fronteiras, que por sua vez, podem ser naturais ou convencionais. O território como elemento do Estado, possui duas funções, sendo uma negativa limitante de fronteiras com a competência da autoridade política, e outra positiva, que fornece ao Estado a base correta de recursos materiais para ação.

Por traçar os limites do poder soberanamente exercido, o território é elemento essencial à existência do Estado, sendo, desta forma, pleno objeto de direitos do Estado, o qual se encontra a serviço do povo e pode usar e dispor dele com poder absoluto e exclusivo, desde que estejam presentes as características essenciais das relações de domínio. O território é formado pelo solo, subsolo, espaço aéreo, águas territoriais e plataforma continental, prolongamento do solo coberto pelo mar.

A Constituição Brasileira atribui ao Conselho de Defesa Nacional, órgão de consulta do presidente da República, competência para “propor os critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira e nas relacionadas com a preservação e a exploração dos recursos naturais de qualquer tipo”. (Artigo 91, §1º, III, CFB/88). Os espaços sobre o qual se desenvolvem as relações sociais próprias da vida do Estado é uma porção da superfície terrestre, projetada desde o subsolo até o espaço aéreo. Para que essa porção territorial e suas projeções adquiram significado político e

jurídico, é preciso considerá-las como um local de assentamento do grupo humano que integra o Estado, como campo de ação do poder político e como âmbito de validade das normas jurídicas.

▪ **Soberania:** Trata-se do poder do Estado de se auto administrar. Por meio da soberania, o Estado detém o poder de regular o seu funcionamento, as relações privadas dos cidadãos, bem como as funções econômicas e sociais do povo que o integra. Por meio desse elemento, o Estado edita leis aplicáveis ao seu território, sem estar sujeito a qualquer tipo de interferência ou dependência de outros Estados.

Em sua origem, no sentido de legitimação, a soberania está ligada à força e ao poder. Se antes, o direito era dado, agora é arquitetado, anteriormente era pensado na justiça robusta, agora é engendrado na adequação aos objetivos e na racionalidade técnica necessária. O poder do Estado é soberano, uno, indivisível e emana do povo. Além disso, todos os Poderes são partes de um todo que é a atividade do Estado.

Como fundamento do Estado Democrático de Direito, nos parâmetros do art. 1º, I, da CFB/88), a soberania é elemento essencial e fundamental à existência da República Federativa do Brasil.

A lei se tornou de forma essencial o principal instrumento de organização da sociedade. Isso, por que a exigência de justiça e de proteção aos direitos individuais, sempre se faz presente na vida do povo. Por conseguinte, por intermédio da Constituição escrita, desde a época da revolução democrática, foi colocada uma trava jurídica à soberania, proclamando, assim, os direitos invioláveis do cidadão.

O direito incorpora a teoria da soberania e tenta compatibilizá-la aos problemas de hoje, e remetem ao povo, aos cidadãos e à sua participação no exercício do poder, o direito sempre tende a preservar a vontade coletiva de seu povo, através de seu ordenamento, a soberania sempre existirá no campo jurídico, pois o termo designa igualmente o fenômeno político de decisão, de deliberação, sendo incorporada à soberania pela Constituição.

A Constituição Federal é documento jurídico hierarquicamente superior do nosso sistema, se ocupando com a organização do poder, a definição de direitos, dentre outros fatores. Nesse diapasão, a soberania ganha particular interesse junto ao Direito Constitucional. Nesse sentido, a soberania surge novamente em discussão, procurando resolver ou atribuir o poder originário e seus limites, entrando em voga o poder constituinte originário, o poder constituinte derivado, a soberania popular, do parlamento e do povo como um todo. Depreende-se que o fundo desta problemática está entranhado na discussão acerca da positivação do Direito em determinado Estado e seu respectivo exercício.

Assim sendo, em síntese, já verificados o conceito de Estado e os seus elementos. Temos, portanto:

#### **ESTADO = POVO + TERRITÓRIO + SOBERANIA**

**Obs.** Os elementos (povo + território + soberania) do Estado não devem ser confundidos com suas funções estatais que normalmente são denominadas **“Poderes do Estado”** e, por sua vez, são divididas em: **legislativa, executiva e judiciária**

Em relação aos princípios do Estado Brasileiro, é fácil encontrá-los no disposto no art. 1º, da CFB/88. Vejamos:

**Art. 1º** A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Ressalta-se que os conceitos de soberania, cidadania e pluralismo político são os que mais são aceitos como princípios do Estado. No condizente à dignidade da pessoa humana e aos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, pondera-se que estes constituem as finalidades que o Estado busca alcançar. Já os conceitos de soberania, cidadania e pluralismo político, podem ser plenamente relacionados com o sentido de organização do Estado sob forma política, e, os conceitos de dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, implicam na ideia do alcance de objetivos morais e éticos.

#### **GOVERNO**

##### **► Conceito**

Governo é a expressão política de comando, de iniciativa pública com a fixação de objetivos do Estado e de manutenção da ordem jurídica contemporânea e atuante.

O Brasil adota a República como forma de Governo e o federalismo como forma de Estado. Em sua obra Direito Administrativo da Série Advocacia Pública, o renomado jurista Leandro Zannoni, assegura que governo é elemento do Estado e o explana como “a atividade política organizada do Estado, possuindo ampla discricionariedade, sob responsabilidade constitucional e política” (p. 71).

É possível complementar esse conceito de Zannoni com a afirmação de Meirelles (1998, p. 64-65) que aduz que “Governo é a expressão política de comando, de iniciativa, de fixação de objetivos do Estado e de manutenção da ordem jurídica vigente”. Entretanto, tanto o conceito de Estado como o de governo podem ser definidos sob diferentes perspectivas, sendo o primeiro, apresentado sob o critério sociológico, político, constitucional, dentre outros fatores. No condizente ao segundo, é subdividido em sentido formal sob um conjunto de órgãos, em sentido material nas funções que exerce e em sentido operacional sob a forma de condução política.

O objetivo final do Governo é a prestação dos serviços públicos com eficiência, visando de forma geral a satisfação das necessidades coletivas. O Governo pratica uma função política que implica uma atividade de ordem mediata e superior com referência à direção soberana e geral do Estado, com o fulcro de determinar os fins da ação do Estado, assinalando as diretrizes para as demais funções e buscando sempre a unidade da soberania estatal.

# DIREITO CONSTITUCIONAL



## PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS (ART. 1º AO 4º)

### DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

#### ► Forma, Sistema e Fundamentos da República

##### **Papel dos Princípios e o Neoconstitucionalismo:**

Os princípios abandonam sua função meramente subsidiária na aplicação do Direito, quando serviam tão somente de meio de integração da ordem jurídica (na hipótese de eventual lacuna) e vetor interpretativo, e passam a ser dotados de elevada e reconhecida normatividade.

##### **Princípio Federativo:**

Significa que a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios possuem autonomia, caracteriza por um determinado grau de liberdade referente à sua organização, à sua administração, à sua normatização e ao seu Governo, porém limitada por certos princípios consagrados pela Constituição Federal.

##### **Princípio Republicano:**

É uma forma de Governo fundada na igualdade formal entre as pessoas, em que os detentores do poder político exercem o comando do Estado em caráter eletivo, representativo, temporário e com responsabilidade.

##### **Princípio do Estado Democrático de Direito:**

O Estado de Direito é aquele que se submete ao império da lei. Por sua vez, o Estado democrático caracteriza-se pelo respeito ao princípio fundamental da soberania popular, vale dizer, funda-se na noção de Governo do povo, pelo povo e para o povo.

##### **Princípio da Soberania Popular:**

O parágrafo único do Artigo 1º da Constituição Federal revela a adoção da soberania popular como princípio fundamental ao prever que “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

##### **Princípio da Separação dos Poderes:**

A visão moderna da separação dos Poderes não impede que cada um deles exerça atipicamente (de forma secundária), além de sua função típica (preponderante), funções atribuídas a outro Poder.

Vejamos abaixo, os dispositivos constitucionais correspondentes ao tema supracitado:

### TÍTULO I DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui - se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (Vide Lei nº 13.874, de 2019)
- V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

#### ► **Objetivos Fundamentais da República**

Os Objetivos Fundamentais da República estão elencados no Artigo 3º da CF/88. Vejamos:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II - garantir o desenvolvimento nacional;
- III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação..

#### ► **Princípios de Direito Constitucional Internacional**

Os Princípios de Direito Constitucional Internacional estão elencados no Artigo 4º da CF/88. Vejamos:

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege - se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I - independência nacional;
- II - prevalência dos direitos humanos;
- III - autodeterminação dos povos;
- IV - não - intervenção;
- V - igualdade entre os Estados;
- VI - defesa da paz;
- VII - solução pacífica dos conflitos;
- VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;

X - concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.



### DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS (ART. 5º AO 11)

#### DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Os direitos individuais estão elencados no caput do Artigo 5º da CF. São eles:

##### ► Direito à Vida

O direito à vida deve ser observado por dois prismas: o direito de permanecer vivo e o direito de uma vida digna.

O direito de permanecer vivo pode ser observado, por exemplo, na vedação à pena de morte (salvo em caso de guerra declarada).

Já o direito à uma vida digna, garante as necessidades vitais básicas, proibindo qualquer tratamento desumano como a tortura, penas de caráter perpétuo, trabalhos forçados, cruéis, etc.

##### ► Direito à Liberdade

O direito à liberdade consiste na afirmação de que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei. Tal dispositivo representa a consagração da autonomia privada.

Trata-se a liberdade, de direito amplo, já que compreende, dentre outros, as liberdades: de opinião, de pensamento, de locomoção, de consciência, de crença, de reunião, de associação e de expressão.

##### ► Direito à Igualdade

A igualdade, princípio fundamental proclamado pela Constituição Federal e base do princípio republicano e da democracia, deve ser encarada sob duas óticas, a igualdade material e a igualdade formal.

A igualdade formal é a identidade de direitos e deveres concedidos aos membros da coletividade por meio da norma.

Por sua vez, a igualdade material tem por finalidade a busca da equiparação dos cidadãos sob todos os aspectos, inclusive o jurídico. É a consagração da máxima de Aristóteles, para quem

o princípio da igualdade consistia em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida em que eles se desigualem.

Sob o pálio da igualdade material, caberia ao Estado promover a igualdade de oportunidades por meio de políticas públicas e leis que, atentos às características dos grupos menos favorecidos, compensassem as desigualdades decorrentes do processo histórico da formação social.

##### ► Direito à Privacidade

Para o estudo do Direito Constitucional, a privacidade é gênero, do qual são espécies a intimidade, a honra, a vida privada e a imagem. De maneira que, os mesmos são invioláveis e a eles assegura-se o direito à indenização pelo dano moral ou material decorrente de sua violação.

##### ► Direito à Honra

O direito à honra almeja tutelar o conjunto de atributos pertinentes à reputação do cidadão sujeito de direitos, exatamente por tal motivo, são previstos no Código Penal.

##### ► Direito de Propriedade

É assegurado o direito de propriedade, contudo, com restrições, como por exemplo, de que se atenda à função social da propriedade. Também se enquadram como espécies de restrição do direito de propriedade, a requisição, a desapropriação, o confisco e o usucapião.

Do mesmo modo, é no direito de propriedade que se asseguram a inviolabilidade do domicílio, os direitos autorais (propriedade intelectual) e os direitos reativos à herança.

Destes direitos, emanam todos os incisos do Art. 5º, da CF/88, conforme veremos abaixo:

## TÍTULO II DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

### CAPÍTULO I DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo - se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

# ADMINISTRAÇÃO GERAL



## PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PLANEJAMENTO POR CENÁRIOS

Um plano institucional estratégico (muitas vezes chamado de plano estratégico ou plano de longo prazo) é um documento alinhado com a missão da instituição, com metas mensuráveis e métodos pelos quais a organização pode avaliar o sucesso.

O planejamento estratégico institucional é uma oportunidade crítica para imaginar uma versão melhor da instituição, reunir ideias de uma ampla gama de partes interessadas e especificar como atingir metas institucionais com decisões colaborativas sobre onde, como e por que priorizar recursos.

Um plano forte inclui etapas de ação priorizadas, estabelece cronogramas e atribui responsabilidades para a sua implementação. Também avalia e aborda os recursos necessários para que o plano seja concretizado. Muitas vezes é complementado por um plano operacional que coloque as decisões tomadas no plano institucional em prática.

Um processo de planejamento estratégico abrangente produz um plano que reflete uma visão mutuamente aceita de onde a instituição está indo e o que deseja alcançar. Garante esta visão atende às necessidades de seu público e da comunidade e exige que a organização identifique como obter os recursos para cumprir esta visão. O plano explica os seus objetivos e estabelece estratégias pelas quais os alcançará; garante que a instituição adquira, desenvolva e aloque seus recursos humanos, financeiros e físicos de forma a promover sua missão e sustenta sua viabilidade financeira; e estabelece medidas pelas quais ela avaliará suas conquistas.

Cada documento principal tem um conjunto de elementos obrigatórios associados a ele que são baseados em normas essenciais. Ao redigir ou revisar seus planos institucionais estratégicos, as instituições devem se certificar de que eles estejam alinhados com esses padrões e contenham os elementos necessários listados abaixo.

### Elementos Necessários de um Plano Institucional Estratégico:

- Atual e plurianual;
- Alinhado com a missão atual;
- Com um resumo do processo de planejamento;
- Tem uma visão estratégica e objetivos, bem como etapas de ação para alcançá-los;

- Abrange todas as áreas relevantes das operações da instituição;
- Identifica os recursos humanos e financeiros necessários para a execução do plano;
- Atribui responsabilidade pela conclusão das etapas de ação;
- Inclui informações sobre como o sucesso será medido e avaliado;
- Tem data aprovada pela entidade governante.

### Instituições com organizações matrizes:

- O plano faz referência e alinha-se com o plano estratégico da organização matriz.

As instituições atendem a esses requisitos de diferentes maneiras. Alguns incorporam todos os requisitos elementos em um documento, enquanto outros o dividem em um documento que lista a visão ampla e metas e outro com as informações de implementação (cronogramas, atribuições de responsabilidade, identificação de recursos etc.).

### Anatomia de um Plano Institucional

Os planos institucionais devem ser baseados em missões e abrangentes, integrando outros tipos de planos (por exemplo, planos de desenvolvimento, planos interpretativos, planos de coleções) no planejamento estratégico geral e estabelecer metas prioritárias e realistas. Eles contam com uma cultura organizacional de planejamento contínuo que distribui adequadamente os recursos para atingir as metas.

Não existe um modelo perfeito para qualquer documento. Cada um dos documentos da instituição deve ser influenciado por sua história, comunidade e governança únicas. Interrelacionado políticas e planos, todos contribuem para uma visão e missão coesas.

Enquanto os planos institucionais estratégicos variam em sua organização e conteúdo, listados abaixo estão os elementos comumente encontrados nessas políticas.

### Introdução

Pode ser útil abrir o plano com informações básicas sobre a instituição: sua declaração de missão, sua visão e valores declarados (se as tiver), um breve história organizacional etc. O plano pode ter um público diversificado, desde os funcionários até a autoridade governante para novos e existentes partes interessadas, incorporando assim informações garantem que todos comecem com uma compreensão básica do passado e presente

da instituição. Se a instituição reviu ou alterou sua declaração de missão como parte do planejamento processo, que deve ser indicado. Esta seção também pode ser onde o museu indica sua visão de onde estará no final do plano estratégico, quando tiver alcançado com sucesso os objetivos contidos iniciar. Esta seção também pode conter como a instituição indica sua visão onde ela vai estar no final do plano estratégico, quando atingiu os objetivos com sucesso nele contido.

#### **Visão geral das operações, programação e pessoal**

A instituição pode incluir uma visão geral de informações operacionais em seu plano, potencialmente incluindo informações sobre suas instalações, suas principais atividades e programações, relacionamentos importantes com as pessoas ou outras organizações e um resumo de suas hierarquias organizacional e pessoal.

A coleta dessas informações pode ajudar a equipe de planejamento para alinhar o trabalho definido no o plano com a capacidade da organização e fazer escolhas estratégicas sobre a alocação de recursos à medida que funciona o processo de planejamento. Por exemplo, se uma instituição estabelece uma meta para aumentar seus programas educacionais, pode ser necessário considerar se o seu atual nível de pessoal e estrutura capaz de suportar as novas atividades.

#### **Visão geral do processo de planejamento**

Fornecendo algumas informações sobre como o plano foi desenvolvido, quem estava envolvido e que desafios e oportunidades surgiram dará contexto para as decisões e etapas de ação que se seguem. É importante que as instituições criem um processo inclusivo de todas as principais partes interessadas - internas e externas - e são transparentes sobre como seus pensamentos foram incorporados.

#### **Documentos/Informações**

O planejamento institucional deve ser abrangente, levando em consideração todos os aspectos das operações da instituição. Muitas vezes, o plano resultante irá integrar ou referenciar informações de outros planos que foram criados para dirigir as atividades de um departamento ou área (por exemplo: desenvolvimento, instalações, recursos). Isso ajuda a criar consistência e coesão na estrutura da organização.

#### **Atividades, objetivos, estratégias e ação**

Esta seção, geralmente a mais longa do plano, contém as principais informações sobre os objetivos da instituição e as etapas de ação que permitirá alcançá-los. Ele descreve o que a organização vai fazer, quem vai fazer o quê, quando vai acontecer, como será feito, quanto custará e como será financiado.

Esta seção pode ser considerada como uma hierarquia que se move de um objetivo amplo para etapas de ação específicas e, em seguida, para informações de implementação para cada etapa (a menos que essa informação esteja contida em um documento separado). Para cada passo, as instituições devem atribuir especificamente responsabilidade para com uma pessoa ou grupo, análise de recursos humanos e financeiros será necessária para completá-lo e indicar quando será completado. Se uma medida de sucesso não é inerente a cada passo da ação, uma nova medida deve ser indicada também.

#### **Plano de Avaliação e Atualização**

A avaliação ajuda as instituições a decidir quando um plano precisa ser atualizado, quando as estratégias precisam mudar, ou quando as prioridades devem mudança. É útil explicar como e como muitas vezes a instituição avaliará seu progresso contra o plano e fazer quaisquer mudanças. Um plano não deve ser escrito e, em seguida, colocado na prateleira para os três, cinco ou dez anos a que se refere; ele deve ser um documento vivo que faz parte de uma cultura de planejamento e avaliação constantes.



### **PROCESSO DECISÓRIO: TIPOS DE DECISÕES**

#### **PROCESSO DECISÓRIO E TIPOS DE DECISÕES**

O processo decisório é um dos pilares fundamentais da gestão, sendo essencial para o sucesso de qualquer organização, seja ela pública ou privada. Ele envolve a escolha entre alternativas que se apresentam diante de um problema ou desafio, visando atingir um objetivo específico. Tomar decisões eficazes e assertivas é, portanto, uma habilidade crucial para líderes, gestores e equipes em todos os níveis hierárquicos.

##### **► O Processo Decisório**

O processo de tomada de decisão pode ser descrito como uma sequência de etapas que buscam assegurar a escolha mais eficiente e alinhada aos objetivos desejados. Embora as abordagens e modelos de decisão possam variar conforme o contexto organizacional, existe uma estrutura básica que pode ser aplicada em qualquer situação:

##### **Identificação do Problema ou Oportunidade:**

O primeiro passo do processo decisório é reconhecer a situação que exige uma decisão. Isso pode envolver a identificação de um problema, uma oportunidade de melhoria ou uma necessidade urgente que deve ser atendida.

##### **Coleta de Informações:**

Após o problema ser identificado, é essencial reunir informações relevantes que ajudem a entender melhor a situação. Essas informações podem vir de diversas fontes, como dados financeiros, relatórios de desempenho, feedback de clientes, ou análise de mercado.

##### **Análise das Alternativas:**

Com base nas informações obtidas, o próximo passo é gerar e avaliar possíveis alternativas. Cada alternativa deve ser analisada sob diferentes perspectivas, levando em conta os custos, benefícios, riscos e impactos.

##### **Escolha da Alternativa:**

Após a análise, a decisão final precisa ser tomada. A alternativa escolhida é aquela que melhor atende aos objetivos estabelecidos, considerando as restrições de tempo, recursos e impacto.



# GOSTOU DESSE MATERIAL?

**Então não pare por aqui:** a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

**EU QUERO DESCONTO!**